

DÍVIDA

04 MAI 1985

Cost.

Agora, a renegociação será política.

JORNAL DA TARDE

O governo reiniciará a renegociação da dívida externa, estimada em US\$ 100 bilhões, dos quais US\$ 48 bilhões junto a bancos privados, dentro de ótica política, mas sem que isso represente um desvio para conversações de governo para governo. A informação foi dada ontem, no Rio, pelo presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, acrescentando que levará uma proposta nova para negociação da fase 2 da dívida externa, que foi prorrogada para até o próximo dia 31.

"Se não fecharmos o acordo partiremos para a negociação, onde a preocupação principal será a de se dar algum sinal aos bancos de que estão em andamento as conversas com o Fundo Monetário Internacional". Após explicar que negociação da dívida obedece a uma cronologia envolvendo FMI, bancos e Clube de Paris, Lemgruber disse que se o governo partir para negociação plurianual com os bancos também terá de adotar a mesma postura com o Clube de Paris, "o que seria uma novidade no tratamento das questões da nossa dívida".

Após ressaltar que "a dificuldade maior na negociação é essa interligação", Lemgruber informou que a nova rodada de negociações com os credores, a ser iniciada na próxima semana pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, começará a partir das bases acertadas pelo ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore.

Capital de risco

O vice-presidente executivo para a América Latina do Bankers Trust, William Epstein, disse ontem no Rio que o aporte de capital de US\$ 20 milhões ao Banco Iochpe de Investimentos representa uma substituição de dívida externa por capital de risco e considerou a iniciativa como um exemplo a ser seguido, "pois melhora o balanço de pagamentos do País, o que é de interesse dos banqueiros internacionais".

O Bankers Trust, que lidera a renegociação do projeto 4 da dívida, tem créditos de US\$ 960 milhões por conta da próxima negociação global da dívida com os seus credores, ou seja, cerca de 2% do pacote de US\$ 48 bilhões.

Ele mostrou-se tranquilo com as negociações em torno do projeto 4 (crédito interbancário), que envolve cerca de US\$ 5,5 bilhões. "Mes-

mo que o acordo não se concretize até o prazo final de maio, antes mesmo o comitê assessor fará uma proposta de prorrogação desse programa, com pressão sobre os bancos para que se mantenham nas linhas interbancárias." Não têm havido retiradas significativas de depósitos, "pois a opção é remanejar recursos dentro do programa, sendo muito difícil a retirada de bancos".

O Bankers Trust é o oitavo maior banco dos EUA, atuando em cerca de 40 países em operações de atacado. O grupo gaúcho Iochpe tem a mesma filosofia e disso resultou a associação de 50% do capital, sendo 33% desta participação em ações ordinárias. Entre as áreas de interesse para investimento figuram as de exportação e agricultura. A associação é restrita ao banco de investimentos do grupo que atua ainda na área bancária comercial, de tratores (Massey/Perkins), máquinas agrícolas, celulose, informática (Edisa Eletrônica), financeira e de exportação.

Na entrevista em que participaram também o presidente do grupo Iochpe, Ivoncy Iochpe, o diretor do Bankers Trust disse que o aporte de risco foi prejudicado porque o país prendeu-se demais ao endividamento e de menos ao capital de risco "e o melhor caminho é ter mais flexibilidade no futuro". Segundo ele, a preocupação com a questão da soberania "atrapalhou muitas vezes essa transformação benéfica, que pode ser feita de maneira controlada e cautelosa". Disse que 25% do patrimônio das empresas dos Estados Unidos são controlados sem maiores problemas por estrangeiros.

"Países-alvo"

O Brasil e o México, disse Epstein, são os dois "países-alvo" do Bankers Trust, na América Latina, segundo o banqueiro, o Brasil precisa ter como prioridade o controle do seu déficit público, a restauração da confiança dos investidores através da queda das expectativas inflacionárias, estabelecendo a base para a criação de novos empregos e a recuperação da economia. Sobre os juros internos, disse que "é um problema complexo, pois se as taxas de juros se mantiverem no nível em que estão, o setor privado terá dificuldades para novos investimentos, na medida em que os custos se manterão muito altos".